

## IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 30.07.2019

Recentemente, uma associação de Macau divulgou o resultado de um inquérito por questionário sobre “A situação actual de Macau e as expectativas em relação ao próximo Chefe do Executivo”. O inquérito revela que a questão dos transportes está em terceiro lugar no conjunto de questões que a população espera que o próximo Chefe do Executivo resolva. Quanto à avaliação dos inquiridos sobre a situação actual de Macau, apenas a pontuação obtida na área do trânsito é inferior a 6 pontos (num total de 10), a única área sem qualificação positiva. Quanto às questões da sociedade que não satisfazem os inquiridos, os problemas de tráfego representam 42%, ou seja, cerca de metade dos inquiridos está insatisfeita, o que demonstra que o problema do trânsito é já habitual e continua a ser uma das questões nucleares que afectam a vida da população. Se esse problema não for resolvido, a longo prazo, vai afectar a estabilidade e sustentabilidade do desenvolvimento socioeconómico de Macau, para além de pôr em causa, também, a futura acção do Governo da RAEM.

Nos últimos anos, o trânsito tem sido um problema muito grave em Macau, e os seus equipamentos complementares estão muito desactualizados para responder ao desenvolvimento social, por isso, não conseguem enfrentar o aumento brusco do fluxo de veículos que resulta do rápido desenvolvimento. Quando chove e nos feriados, o trânsito fica quase paralisado nas rotundas e artérias principais, o fluxo de veículos das três pontes entre Macau e a Taipa já está saturado e o seu funcionamento, sobrecarregado. Mais, há diariamente obras de escavação de grande e pequena dimensão em todas as zonas de Macau, o que resulta em lenta circulação rodoviária e, até, em situações de conflito entre peões e veículos. Em relação ao sistema de transporte sobre carris, têm surgido muitas complicações na construção do Metro Ligeiro e, desde a sua concepção até ao início da construção do projecto, passaram-se 18 anos e quatro mandatos do Governo sem estar concluído, a sua entrada em funcionamento foi adiada, e neste ano apenas vai ser aberta a linha da Taipa. O meio de transporte colectivo mais importante para os cidadãos, os autocarros públicos, também tem sido criticado, porque, nas horas de ponta, o tempo de espera é demasiado longo, é difícil entrar no autocarro, os autocarros “voam” sem parar para os passageiros entrarem, alguns condutores prestam um mau serviço, etc. O contrato de prestação de serviços de autocarros termina em finais de Outubro deste ano, mas o Governo ainda não divulgou detalhes concretos sobre o novo, por isso muitos residentes estão preocupados com a capacidade de o futuro serviço responder às necessidades das suas deslocações. Ao mesmo tempo, há ainda em Macau muitos problemas relacionados com o trânsito, nomeadamente, a falta de lugares de estacionamento e a sua distribuição desequilibrada, a rede viária e o ambiente pedonal de muitas zonas ainda carecem de melhorias, e o espaço das vias públicas está ocupado por um número excessivo de *shuttle buses* dos casinos. Assim, existe uma grande diferença entre a actual situação do trânsito e as expectativas da população.

De facto, há mais de dez anos, o Governo da RAEM planeou que Macau fosse dominado pelo Metro Ligeiro e complementado por autocarros e táxis, em articulação com o modelo de deslocação do sistema pedonal. Mas o Metro Ligeiro tem vários problemas e o plano não consegue ser concretizado. Agora só vai haver o segmento da Taipa, o que não produz grande efeito. Por isso, para eliminar as actuais dificuldades de trânsito em Macau, o Governo deve aperfeiçoar a futura política de trânsito, adoptar medidas diversificadas para promover uma governação integrada, acelerar os trabalhos de planeamento e construção dos restantes segmentos do Metro Ligeiro e elevar a transparência dos novos contratos dos autocarros, melhorar a gestão dos autocarros e a qualidade dos serviços, fazer a articulação com o sistema do Metro Ligeiro ao organizar as carreiras dos autocarros, acelerar a construção de outra ligação rodoviária marítima e, ao mesmo tempo, optimizar o sistema pedonal e resolver o problema de estacionamento e uma série de outros problemas de trânsito, pois só assim se pode evitar que o problema de trânsito continue a ser um dos principais do próximo Governo. Mais, o trânsito é um importante elo de ligação à cidade, sendo um importante canal de transporte do fluxo de pessoas e de logística para o desenvolvimento urbano, por isso o Governo deve aproveitar as oportunidades de desenvolvimento integrado das cidades da Grande Baía e, através da cooperação regional, aperfeiçoar as redes de transportes entre Macau e as outras regiões, promovendo a integração do trânsito inter-regional.

## **IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 30.07.2019**

### **A Academia Médica de Macau ajuda a elevar a qualidade médica local**

Segundo os dados estatísticos disponíveis, Macau tem cerca de 1800 médicos, o que não é pouco. Devido à falta no passado de um regime de formação uniforme para médicos especialistas, os dois hospitais, público e privado, formaram, por si próprios e com base em diferentes critérios, médicos especialistas, mas o número de formandos não foi igual. Há falta permanente de médicos com experiência em certas especialidades e, segundo a população, a qualidade varia de médico para médico. Perante o crescimento e envelhecimento populacional, com o aumento do risco de doenças infecto-contagiosas e de residentes portadores de doenças crónicas, etc., a situação da saúde vai ser mais complicada no futuro. Assim, a criação da Academia Médica de Macau vai contribuir para um sistema integrado de formação de médicos especialistas e o enriquecimento dos recursos humanos em medicina, a fim de proporcionar aos residentes cuidados de saúde de melhor qualidade e melhorar as técnicas médicas. Com a entrada em vigor, no futuro, do Regime Legal da Qualificação e Inscrição para o Exercício da Actividade dos Profissionais de Saúde, vai ser criado um sistema de créditos para o desenvolvimento contínuo dos médicos. Quanto ao planeamento da vida profissional, os médicos de clínica geral, na sua maioria, desejam passar a especialistas. A Academia pode, então, assumir mais responsabilidades na formação especializada, proporcionando aos médicos melhores condições de formação e ajudando o sector da saúde no seu desenvolvimento.

O prazo de candidatura à referida Academia é até Março do próximo ano e já há cerca de 700 candidatos. Como o número dos membros iniciais vai atingir os 384, pode concluir-se que em Macau não há falta de médicos especialistas. Espero que se proceda a uma apreciação ordenada, para que os médicos das instituições de saúde pública, privada e sem fins lucrativos possam tirar partido das suas vantagens em diferentes especialidades, maximizando os efeitos das instituições de saúde privada e sem fins lucrativos, e conseguindo o redireccionamento de doentes da instituição de saúde pública, para encurtar o tempo de espera para uma consulta externa diferenciada e atenuar a pressão do hospital público.

Mais, segundo as previsões do Governo, no próximo ano, vão ser definidos os conteúdos de formação básica e avançada para os 12 colégios de especialidade e 40 secções, e desenvolvidas as respectivas acções de formação. Na minha opinião, os colégios devem concluir, quanto antes, os respectivos programas de formação; e, como há poucos casos clínicos em Macau, proponho ao Governo que reforce a cooperação e a formação com as instituições médicas vizinhas, a fim de prestar apoio técnico aos médicos especialistas formados em Macau e alargar os seus conhecimentos sobre as mais diversas doenças, esperando que, num futuro próximo, possam ser introduzidas novas técnicas de diagnóstico e terapêutica das diversas especialidades, e desenvolvidos mais serviços de

tratamento para a detecção de doenças, transplante de órgãos e apoio à reprodução, a fim de suprir as insuficiências dos cuidados de saúde do passado. Por outro lado, atendendo a que os futuros alunos do internato médico especializado despendem mais de 90% do tempo para serem formados em hospitais de Macau e do exterior, propõe-se às autoridades que acelerem os trabalhos de construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, a fim de proporcionar instalações de alta qualidade para a formação dos profissionais de saúde especializados formados em Macau.

Para além disso, os enfermeiros, terapeutas, farmacêuticos e outros profissionais de saúde de Macau também precisam duma plataforma de formação contínua e de desenvolvimento profissional, assim, espero que o Governo crie cursos de formação das especialidades e de aperfeiçoamento profissional para os profissionais de saúde, com vista a elevar o seu nível técnico para servir melhor a população.

## **IAOD da Deputada Song Pek Kei em 30.07.2019**

### **Fiscalização permanente para garantir a estabilidade e a prosperidade de Macau**

Este ano, assinalam-se os 20 anos do retorno de Macau à Pátria e os 70 anos da República Popular da China. Assim, é importante e necessário o Governo assegurar um ambiente social seguro, estável e pacífico, para garantir a estabilidade e a prosperidade duradoura de Macau. Desde o ano passado, os serviços de segurança têm efectuado operações de inspecção de grande escala, reforçando a fiscalização e o combate à criminalidade nas zonas envolventes dos casinos, para tornar os bairros comunitários mais seguros. As operações tiveram resultados satisfatórios. De acordo com os dados, só em 2018, a polícia interceptou e repatriou 3050 cambiadores ilegais, dos quais 2269 ficaram interditos de entrar em Macau, eliminando assim factores desestabilizadores da segurança.

Na realidade, os actos como o câmbio ilegal, a permanência fora do prazo autorizado e imigração ilegal não devem ser considerados como crimes leves, pois originam pensões e empréstimos ilegais, e estão ligados a outros crimes, como a lavagem de dinheiro, afectando a vida da população, a indústria do jogo e a segurança pública. Mais, muitos cambiadores ilegais estão organizados em associações, com fortes características de crime organizado, informático, transfronteiriço e sofisticado. Além do combate, é preciso prestar atenção às causas, reforçar a execução da lei, renovar as medidas de aplicação da lei, e aperfeiçoar a cooperação transfronteiriça, por forma a acabar com o solo dos crimes, e assegurar um ambiente seguro, estável e pacífico, em prol do bem-estar da população.

Perante muitos problemas de segurança já detectados recentemente, a sociedade sente-se igualmente surpreendida, e espera que as acções de manutenção da segurança pública não sejam temporárias, por isso, não se deve reduzir a seriedade depois de um certo tempo de tratamento da segurança pública, senão as ilegalidades vão voltar a surgir nas zonas comunitárias, retirando efeito aos trabalhos preliminares já desenvolvidos. Há que agir com mais determinação e aplicação, de modo a assegurar a estabilidade e a prosperidade de Macau a longo prazo.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões.

1. Reforçar o planeamento dos trabalhos policiais. Há que incluir nos planos de acção regular o combate aos "esquemas de troca de dinheiro", à entrada ilegal e à permanência fora do prazo. Há que aperfeiçoar a configuração das forças policiais, recorrer a meios de intensidade mais forte para reforçar esse combate, de modo a salvaguardar, a longo prazo, a segurança e a estabilidade da cidade de Macau.

2. Reforçar a cooperação internacional e com as regiões vizinhas, aperfeiçoar o mecanismo de troca de informações, reforçar o combate resolvendo os problemas a partir da fonte, e alargar o âmbito da execução da lei. A força policial é limitada, por isso, é necessário reforçar a cooperação com a comunidade e com as concessionárias do jogo, no sentido de aperfeiçoar os mecanismos de acção conjunta e de elevar o nível de segurança, bem como para proteger em conjunto a segurança comunitária.

3. Muitos residentes são facilmente aliciados e caem em armadilhas. Sugere-se aos serviços competentes que reforcem os trabalhos de divulgação das informações necessárias entre os turistas e na sociedade, sobretudo que incentivem as concessionárias do jogo a tomar a iniciativa de assumir mais responsabilidades, para a salvaguarda conjunta da imagem de Macau como cidade de turismo e lazer.

## IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 30.07.2019

A Direcção dos Serviços de Turismo (DST) auscultou as opiniões da população sobre um "Estudo de viabilidade da cobrança de uma taxa turística em Macau", o que originou intensa discussão na sociedade. Segundo as autoridades, terminou recentemente a fase de preenchimento dos inquéritos online, existem diferentes opiniões sobre o assunto, vão continuar com a análise, e depois de ponderadas as opiniões, vão apresentar uma proposta sobre o valor da taxa turística.

Na minha opinião, a razão que levou o Governo a fazer este inquérito prende-se com a opinião de se julgar que "os turistas são muitos e a capacidade de acolhimento é insuficiente". Embora a autoridade pública tenha afirmado que, neste momento, ainda está a ouvir as opiniões da sociedade sobre a cobrança da taxa sobre os turistas e reiterado que o Governo tem uma atitude de abertura em relação ao assunto, sinto que essa forma de fazer a consulta teve como pressuposto reconhecer as opiniões da sociedade. Pode afirmar-se que o Governo, entre o querer e o sem querer, formulou a tentação de criar uma restrição para reduzir o número de turistas que visitam Macau, o que é um desvio evidente em relação ao posicionamento de Macau como "centro mundial de turismo e lazer", e mais, pode levar à queda das receitas de turismo, mexendo na pedra angular das indústrias que sustentam a economia e provocando, directamente, a instabilidade económica em Macau.

Lembro-me que, já em 2017, o Governo da RAEM fez um "Estudo sobre a Capacidade Turística de Macau", segundo o qual a capacidade de recepção turística de Macau é de cerca de 110 mil visitantes por dia (ou seja, a melhor capacidade de recepção situa-se em 40,15 milhões). Entre 2016 e 2018, o número total de turistas por ano aumentou de 30,95 milhões para 35,80 milhões. Assim, tendo em conta o número de turistas que entraram anualmente em Macau, a referida capacidade de recepção ainda não foi ultrapassada.

O mais importante é que, quando a sociedade fala da insuficiência dessa capacidade, refere-se ao grande número de turistas que entram em Macau nas festividades e nos feriados, e se concentram demasiadamente nas imediações da Avenida de Almeida Ribeiro e das Ruínas de S. Paulo. Por isso, face à questão da concentração de turistas nas festividades e feriados, a triagem e o escoamento dos visitantes constituem medidas eficazes para aliviar a insuficiência da capacidade de recepção de turistas. Os resultados da triagem de visitantes têm sido pouco satisfatórios, devido à falta de medidas de escoamento, assim como de instalações complementares de trânsito. Foram feitos vários apelos aos serviços competentes para proceder a alterações, mas ainda não se viu qualquer medida eficaz. Por isso, solicito mais uma vez aos serviços competentes que procedam à triagem dos turistas e à optimização das medidas complementares, uma vez que é necessário estudar e concretizar activamente o projecto de melhoria da situação.

Primeiro, deve-se explorar as características culturais dos bairros de Macau, apoiando o desenvolvimento das lojas antigas, publicitando comidas típicas de Macau, e dispersando os turistas pelos bairros, para promover a economia dos mesmos. Deve-se aprender com o Interior da China, diversificando as medidas para a optimização das atracções turísticas. É muito simples: basta pintar uma parede e adicionar elementos artísticos, os jovens são atraídos a tirar fotografias, e se as lojas vizinhas tiverem petiscos típicos, toda a rua fica dinamizada, pois as ruas pedonais com petiscos e lugares para tirar fotos são paragens obrigatórias para os jovens. Nas cidades como Pequim, Nanjing e Chengdu existe uma rua histórica e cultural, a Nan Luogu Xiang, Wuyi Xiang, e Kuanzhai Xiangzi, respectivamente. Macau só precisa de fazer um novo marketing para os bairros antigos, introduzindo-lhes novos elementos para poderem atrair os turistas.

Em segundo lugar, os serviços de turismo devem cooperar com os serviços de tráfego, para planear melhor as carreiras de transportes públicos, dispersando os turistas pelas atracções turísticas. Em muitas zonas do Interior da China, há shuttle buses que ligam as atracções turísticas. Assim, os residentes não são afectados nas suas deslocações em autocarro, e quanto aos turistas, perdem menos tempo nas mudanças de autocarro e conseguem uma melhor experiência turística.

O desenvolvimento turístico de Macau é um trabalho integrado que envolve toda a sociedade. A construção de um centro mundial de turismo e lazer depende da sinergia e apoio dos sectores económicos e culturais. Espero que o Governo efectue estudos sérios, promovendo a cooperação inter-serviços e inter-departamental, nomeadamente a coordenação entre os serviços de tráfego e culturais, para melhor dispersar os turistas, e aperfeiçoar os transportes turísticos, por exemplo, levar os turistas da zona da Avenida de Almeida Ribeiro e das Ruínas de S. Paulo até aos outros bairros históricos e dinâmicos. Só assim é que se cria um ambiente de turismo e lazer mais agradável.

## **IAOD do Deputado Lam Lon Wai em em 30.07.2019**

### **Deve proceder-se, quanto antes, à auscultação sobre a inspecção obrigatória das janelas**

Neste mês, registou-se mais um caso de queda de janelas. Num edifício da Areia Preta caiu uma janela de alumínio para a rua, e segundo consta, na altura passava perto do local uma criança que, felizmente, não ficou ferida. Estas situações assustadoras têm acontecido em Macau com alguma frequência, mas o Governo nunca adoptou medidas próprias, porque entende que reparar e examinar as janelas cabe aos proprietários dos edifícios privados, o que agravou ainda mais a situação. No ano passado, abordei também na Assembleia Legislativa este problema, pois na altura alguns residentes contaram-me que num grande bairro habitacional na Taipa já tinham caído mais de uma centena de janelas, e que também já tinham caído várias janelas em instalações de serviços sociais. Pena é que, passado um ano, a queda de janelas continue a repetir-se, com os potenciais riscos daí decorrentes por todo o lado, podendo os cidadãos “apanhar com uma dessas grandes sortes” a qualquer momento.

A legislação vigente exige aos proprietários vistorias de cinco em cinco anos e estabelece planos de apoio financeiro e empréstimos para a reparação dos prédios, mas as autoridades não concretizam as respectivas disposições. Como tal e considerando que os diplomas sobre a conservação e reparação de prédios antigos não são obrigatórios, nem existem normas sancionatórias nem instruções claras em relação às vistorias, faltam efeitos dissuasores. O Fundo de Reparação Predial apenas visa as partes comuns dos prédios, não abrangendo a reparação das janelas dos particulares. Apesar de, em Macau, serem amplamente usadas janelas de alumínio, nem todos têm o hábito de proceder à respectiva manutenção. Assim, na falta duma lei que estipule mecanismos de inspecção regular, é fácil a ocorrência de “quedas de janelas”. A par disso, tomando como referência o Plano de inspecção obrigatória de janelas que vigora em Hong Kong, quando se trata de um prédio privado com dez ou mais anos, os seus proprietários, uma vez notificados pelo Departamento de habitação de Hong Kong, têm de encontrar pessoas qualificadas para a inspecção de todas as janelas do prédio, e são responsáveis pela supervisão das obras de reparação que se afigurem necessárias na sequência da referida inspecção. Mais, o Departamento de Habitação emite, a quem reúne os requisitos, um “Cartão para a inspecção de janelas”, para que os proprietários verifiquem a identidade das pessoas qualificadas, assegurando que sejam estas a efectuar a inspecção. Este regime salvaguarda a segurança das janelas e reduz o risco de quedas.

As quedas têm implicações para a segurança dos espaços públicos e para a vida dos cidadãos, sendo um problema mais premente do que outros do âmbito da reparação predial. É possível que as reparações apressadas resultem em “lições sangrentas”. O Governo ainda está à espera de quê? Nestes últimos anos,

vários deputados, membros dos Conselhos Consultivos de Serviços Comunitários, representantes das associações, cidadãos e até mesmo o Presidente do IAM têm esperado pela adopção de medidas de incentivo e pelo reforço da fiscalização por parte do Governo, no sentido de apoiar os cidadãos na inspecção das janelas através de um plano de inspecção obrigatória. O Governo já ouviu estas opiniões? Será que falta capacidade para promover este plano? A meu ver, o que falta é determinação e responsabilização do Governo. Faltam poucos meses para terminar o mandato deste Governo, e a inspecção obrigatória tem gerado controvérsia na sociedade, então, deve ser este Governo o primeiro a avançar com a respectiva consulta pública, para que o próximo Governo tenha mais fundamentos para promover a concretização do plano e reunir o consenso social. Recentemente, foram lançadas medidas para apoiar os cidadãos na inspecção e reparação das janelas, a fim de reduzir o risco de quedas durante a época de tufões, de proteger a vida dos cidadãos, e de salvaguardar a sua segurança.

## IAOD do Deputado Leong Sun lok em 30.07.2019

Há dias, recebi, outra vez, um pedido de ajuda de alguns trabalhadores do sector do jogo, que suspeitam da sua inclusão numa “lista negra”. A sociedade tem questionado, há muito, a existência de uma “lista negra” de pessoas despedidas pelas empresas do jogo ou que não têm uma relação amigável com estas. Através da troca de informações, estas pessoas são impedidas de trabalhar nas empresas do jogo. O mais terrível desta regra oculta é que, se alguém for incluído na “lista negra”, seja qual for a causa do despedimento, ainda que não tenha cometido erros graves e seja qual for o cargo de que está à procura, ainda que seja um posto normal, é muito difícil voltar para as empresas do jogo, o que prejudica gravemente o seu direito ao emprego. O Governo afirmou, várias vezes, que não há a referida “lista negra de emprego”, e a DSAL também afirmou que, se recebesse queixas sobre isso, ia tratá-las com seriedade, mas, ao longo dos anos, as queixas semelhantes foram frequentes. Os pedidos de ajuda que recebi foram inúmeros, mas os trabalhadores que conseguiram voltar às empresas do jogo foram poucos.

Segundo as declarações dos requerentes de ajuda, os candidatos, antes de entrarem nas empresas do jogo, têm de assinar uma procuração de permissão da verificação do seu *background*, na qual não se refere o conteúdo da investigação, e o interessado também não conhece o resultado. As pessoas na “lista negra” recebem, normalmente, uma notificação de não contratação, algum tempo após a entrevista, ou são directamente informadas de que não passarem na verificação do *background*; mesmo que, por sorte, entrem na fase experimental, serão despedidas, repentinamente, no meio do processo, isto é, são condenadas à “pena de morte” sem saberem as causas.

A Lei Básica garante a liberdade dos residentes de escolha de profissão e de emprego, enquanto a Lei de bases da política de emprego e dos direitos laborais determina que o acesso ao emprego por parte dos residentes não pode ser discriminado. Mas, se não houver a devida fiscalização, pode facilmente haver abuso na verificação dos antecedentes, prejudicando o direito ao emprego e à privacidade. Quem pretende procurar um emprego pode ver a sua oportunidade perdida se os reveladores de informações divulgarem, propositadamente, comentários desfavoráveis à sua contratação, ou até maliciosos, o que se pode tornar uma ferramenta dos empregadores para ameaçar os trabalhadores. No ano passado, um responsável de um sindicato foi despedido sem justa causa por uma concessionária do jogo e, embora esta tenha salientado que não o tinha incluído numa “lista negra”, quando aquele tentou procurar um emprego noutras concessionárias foi rejeitado. É lamentável que uma grande empresa não honre o que diga, mas o Governo nunca pode ignorar as situações injustas, pois tem de tratá-las com seriedade, para dar assim uma justificação às vítimas.

Se as concessionárias do jogo entendem, tendo em conta as características do sector, ser necessário definir normas profissionais, podem propor ao Governo a

criação de um regime legal. Por exemplo, no regime de inscrição dos assistentes sociais, prevê-se a suspensão da inscrição destes por, no máximo, três anos, no caso de infracção disciplinar grave. As limitações ao acesso ao emprego não podem ser impostas sem razões nem prazos, mas, sim, têm de passar por procedimentos disciplinares rigorosos, e há que criar um mecanismo de recurso, para os interessados terem garantias razoáveis. Assim, numa sociedade de Direito, nunca se permite que as “regras tácitas”, elaboradas em privado, vigorem, para evitar que, na falta de julgamento justo e imparcial, a oportunidade de emprego dos trabalhadores seja facilmente eliminada.

Para salvaguardar o direito ao emprego dos trabalhadores do sector do jogo, apresento três solicitações:

Primeiro, solicito às autoridades que investiguem, com seriedade, a “lista negra” existente nas concessionárias do jogo e apliquem todas as formas necessárias para acabar com esta regra tácita.

Segundo, a verificação de “background” por parte das concessionárias do jogo é feita com o consentimento dos candidatos, por isso não se trata de uma violação da Lei da protecção de dados pessoais. Mas sabe-se que, para conseguir emprego, os candidatos não têm outra alternativa senão assinar a procuração. Assim, solicito ao Governo que regule o conteúdo desta verificação do “background”, para assegurar a sua legalidade, razoabilidade e justiça, com vista a garantir os direitos e interesses dos interessados.

Terceiro, em relação às pessoas incluídas na “lista negra”, ou àquelas que foram despedidas e que querem voltar a trabalhar no sector do jogo, as autoridades devem criar medidas de apoio ao emprego, nomeadamente, recorrer a encaminhamento profissional, conjugação de emprego, formação ou outros meios, para elevar a sua capacidade e técnicas profissionais, dando-lhes a oportunidade de voltar a trabalhar no sector do jogo e permitindo-lhes continuar a contribuir para o desenvolvimento socioeconómico.

## **IAOD do Deputado Lei Chan U em 30.07.2019**

### **Desenvolvimento harmonioso entre o sector do jogo e os seus trabalhadores**

Cerca de 80% das receitas públicas provêm dos impostos sobre o jogo, cuja indústria é o pilar da economia e o maior empregador de Macau. Segundo o inquérito sobre o emprego relativamente ao 1.º trimestre do corrente ano, trabalham nos sectores do jogo e da mediação do jogo 84 mil pessoas, o que corresponde a 21,7% da população activa, e em termos de trabalhadores locais, essa percentagem situava-se em 28,7%, o que significa que um em cada quatro residentes trabalha na indústria do jogo.

Ao longo dos 17 anos de liberalização do jogo, as receitas brutas passaram de 23,5 mil milhões de patacas em 2002 para 303,9 mil milhões de patacas em 2018, um aumento de doze vezes. A indústria conheceu um desenvolvimento tipo montanha russa, ora beneficiando do célere desenvolvimento do período de ouro de dez anos, ora sujeitando-se ao período de profundo ajustamento com a descida das receitas durante 26 meses. Seja como for, há sempre uma equipa de trabalhadores que insiste em dar todo o seu contributo para o desenvolvimento do sector do jogo.

Por isso, as suas condições são melhores do que as dos trabalhadores de outras indústrias. O salário mediano atingia no primeiro trimestre de 2019 vinte mil patacas, ou seja, mais quinze mil patacas do que noutros sectores de actividade. Contudo, são-lhes exigidos em troca mais esforços, pois, segundo o referido inquérito, 86,8% dos trabalhadores do sector do jogo trabalham em regime de turnos, enquanto nos sectores não jogo essa taxa rondava os 24,8%. Este grande contraste demonstra que os trabalhadores do jogo estão sujeitos a maior pressão ao nível familiar e da saúde. Quando o trabalho em regime de turnos se prolonga no tempo, especialmente em turnos nocturnos, prejudica a saúde e reduz o tempo de convívio com a família, reduzindo a comunicação entre marido e mulher e entre pais e filhos. Distancia-se a relação entre os membros da família e geram-se os mais diversos problemas familiares.

Recentemente, uma associação de trabalhadores recolheu opiniões e sugestões dos trabalhadores do sector do jogo sobre a acção governativa do próximo Chefe do Executivo. E segundo os resultados, o que mais preocupa estes trabalhadores é o seguinte: 1.º - o novo Governo deve manter a política de não importação de trabalhadores para croupiers, supervisores e motoristas profissionais, salvaguardando assim o direito dos residentes à prioridade no acesso ao emprego, bem como a criação de mais oportunidades para progressão na carreira; 2.º - aumentar a proporção das contribuições para o fundo de previdência tendo em conta a sua antiguidade, reforçando assim as suas garantias de aposentação; 3.º - aplicar rigorosamente a política de controlo do

tabagismo, melhorando assim o ambiente de trabalho; e 4.º - melhorar o regime de turnos, assegurando-se o tempo e periodicidade necessários ao descanso dos trabalhadores.

Na minha opinião, os trabalhadores deste sector contribuem imenso para a prosperidade económica e estabilidade social, bem como para o rápido desenvolvimento do sector do jogo em Macau, porém, não conseguem beneficiar desse desenvolvimento. Os dados demonstram que a proporção entre a remuneração dos empregados do sector do jogo e o aumento do valor acrescentado bruto (VAB) tem decrescido nos últimos anos: em 2017 a remuneração dos empregados do sector do jogo representava 11,7% do VAB, uma descida de cerca de 3% em relação a 2008, que foi de 14,5%. Em 2022, haverá um novo concurso para a concessão de licenças para a exploração de jogo, assim, espero que o Governo, aquando do concurso, tenha em conta a responsabilidade social das empresas, a política familiar e a proporção da partilha dos frutos do desenvolvimento com os trabalhadores, tudo isto com o objectivo de, para além da promoção do desenvolvimento saudável do sector, melhorar e salvaguardar os direitos dos trabalhadores, concretizando-se assim o desenvolvimento harmonioso entre o sector e os seus trabalhadores.

## **IAOD da Deputada Lei Cheng I em 30.07.2019**

### **Aperfeiçoar os mecanismos de recuperação e adiantamento de salários em dívida**

#### **Reprimir os arrastamentos no pagamento de salários**

Nos últimos anos, a economia de Macau tem melhorado, no entanto, continuam a verificar-se casos de salários em dívida. Há alguns anos, um hotel da Taipa deixou o pagamento dos salários arrastar-se, os trabalhadores queixaram-se na Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL), e ao fim de alguns meses de espera, continuam sem ver os seus salários e as diversas indemnizações. Mais tarde, o hotel encerrou portas, e mais de 600 trabalhadores só podem recuperar os créditos através da via judicial. Os trabalhadores locais acabam por conseguir o adiantamento do salário pelo Fundo de Garantia de Créditos Laborais, mas, na altura, como os trabalhadores não residentes ainda não estavam salvaguardados pelo referido Fundo, ainda não conseguiram recuperar os salários em dívida e as indemnizações, que atingem vários milhões de patacas.

Em Abril deste ano, recebi um pedido de apoio de um trabalhador de um órgão de comunicação social, dizendo que, em Fevereiro, mais de cem trabalhadores viram o pagamento dos seus salários a ser várias vezes arrastado, alguns deles apresentaram queixa na DSAL, mas mesmo assim, os salários continuam em dívida. Nesse intervalo, alguns trabalhadores da linha de frente, nomeadamente os da divisão de imprensa, receberam os seus salários de Fevereiro e de Abril, mas os de Maio e de Junho continuam atrasados. Muitos dos trabalhadores já não recebem há quase meio ano. O empregador prometeu várias vezes que ia pagar, mas tudo não passa de cheque sem cobertura. Vários meses de arrastamento começaram a dificultar a vida destes trabalhadores, alguns que já deixaram o emprego tentaram pedir a antecipação do pagamento do salário em dívida, mas na opinião da DSAL, como não está em causa a falência ou insolvência do empregador, os pedidos não foram autorizados. Na opinião dos serviços competentes, o empregador tem dinheiro para pagar, então, quantos mais procedimentos têm os trabalhadores de percorrer e quanto mais tempo vai ser necessário para conseguirem recuperar os salários em dívida? Vários caminhos foram inviabilizados, deixando os trabalhadores desiludidos e indignados. Os trabalhadores estão entre a água e o fogo, e estão à espera de dinheiro para alimentar as suas famílias, mas os mecanismos de recuperação de salários ou antecipação de salários em dívida são extremamente favoráveis aos empregadores e coniventes como os empregadores que deixam salários em dívida, permitindo-lhes o arrastamento do pagamento ou o pagamento a prestações. Como é que isto pode acontecer!

Alguns trabalhadores não conseguiram a antecipação do pagamento dos salários em dívida. Mais, há dias, um grupo de trabalhadores numa empresa da construção civil também viu os seus salários atrasados. Como não sabiam bem se

o empregador ia encerrar a actividade, aguardaram pelo tratamento dos seus casos até que a empresa veio repentinamente declarar falência, e como já se tinham passado 45 dias para requerer o adiantamento de créditos, desde a data em que deixaram o emprego, não conseguiram recorrer ao referido Fundo para obter a antecipação do pagamento do salário em dívida, por isso, estão numa situação muito difícil.

O salário é a principal fonte de rendimento dos trabalhadores para sobreviver e sustentar a família. Os salários em atraso afectam directamente a economia familiar, por isso, o mecanismo de prevenção de salários em atraso e de apoio à reivindicação dos mesmos deve ser considerado como uma importante garantia laboral, devendo haver um regime perfeito para assegurar o pagamento pontual dos salários. Porém, a lei vigente está a atrasar o tratamento da questão dos "salários em atraso", a penalização é pouco rigorosa, e quanto à apresentação de queixas, os trabalhadores podem fazê-lo mas têm de estar dispostos a correr o risco de despedimento e de represálias por parte da entidade patronal, e mais, se esta não colaborar com a DSAL na investigação, só lhes resta esperar durante muito tempo. Depois apresenta-se, através do Ministério Público, o pedido de indemnização por acção judicial, que pode arrastar-se por um ou dois anos até estar concluído. No entanto, antes de o caso ser encaminhado para o Tribunal, se o empregador liquidar o montante em dívida, independentemente da fase de investigação em que o caso se encontre ou do tempo de atraso, o pagamento da multa pode ser dispensado. Por isso, apesar de muitos empregadores saberem que a falta de pagamento de salários é ilegal, continuam a não ter medo, e atrasam o pagamento dos salários. A falta de legislação impede os trabalhadores de reivindicarem os salários em dívida mais cedo e também impede a resolução do problema. Depois do adiantamento pelo Fundo de Garantia de Créditos Laborais, geralmente é difícil recuperar o dinheiro, só no ano passado foram adiantados mais de 10 milhões de patacas, mas o reembolso ficou em cerca de 200 mil patacas, isto é, 2,4%.

O Governo deve então rever e actualizar as disposições sobre a não aplicação de multas ao empregador durante toda a fase de tratamento dos processos pela DSAL, e deve reforçar as sanções para os salários em atraso, no sentido de acelerar os respectivos procedimentos de reivindicação. Por outro lado, o Fundo de Garantia de Créditos Laborais é um fundo público, portanto, os serviços competentes têm a responsabilidade de evitar abusos, devendo acelerar os procedimentos de reivindicação, para evitar que as empresas mal-intencionadas consigam fugir ao pagamento dos salários em dívida através do mecanismo de adiantamento de créditos. Ao mesmo tempo, há que reforçar o acompanhamento dos trabalhadores que têm salários em dívida, e se o empregador que não paga os salários não está a encerrar actividade ou a declarar falência, deve criar-se um mecanismo adequado para assegurar que os trabalhadores recebam quanto antes o montante do salário devido através de adiantamento, e as autoridades devem substituí-los na respectiva recuperação.

## IAOD do Deputado Zheng Anting em 30.07.2019

A Lei sobre a alteração ao regime jurídico do arrendamento previsto no Código Civil (também conhecido por Lei do arrendamento), que visa essencialmente resolver o fenómeno dos arrendatários trapaceiros, entrou em vigor há mais de um ano, mas segundo alguns residentes e operadores do sector, os seus efeitos no combate a esse fenómeno são limitados, pois há que esperar muito tempo para o reconhecimento de assinaturas e se, por infelicidade, houver casos envolvendo arrendatários trapaceiros, apenas se pode recorrer à acção de despejo, o que leva o seu tempo.

A eficiência da actual máquina judicial não é elevada e a pressão das acções sobre os tribunais é pesada, por isso, os proprietários têm normalmente de esperar muito tempo para conseguirem, através da acção de despejo, retomar as suas propriedades, pois desde a interposição da acção até à marcação da audiência podem passar-se entre meses a anos. Com a revisão da Lei de bases da organização judiciária, o valor da alçada das acções sumárias passou de 50 mil para 250 mil patacas, o que encurta, de alguma forma, o tempo de julgamento, mas não é suficiente para resolver o problema de raiz. Segundo os dados, a marcação de julgamento demora em média 2,8 anos por acção, e mesmo com a redução deste tempo, o proprietário continua a ter de aguardar muito tempo até à marcação do julgamento.

Na realidade, mesmo que o senhorio ganhe o caso na primeira instância, tem sempre de esperar pela decisão da segunda instância para que a mesma possa ser executada. Porque, nos termos da lei vigente, no caso de arrendamento de bens imóveis, independentemente do valor em causa, as partes podem recorrer, e durante esse período, o proprietário perde tempo. E se, mesmo ao fim de muitos custos para o proprietário e após o caso transitar em julgado, os arrendatários não saírem do imóvel, o proprietário ainda terá de pedir uma execução coactiva ao tribunal.

Hong Kong também se deparou com o problema dos “arrendatários trapaceiros” mas, em 2004, com a alteração da lei respectiva, os proprietários passaram a poder requerer directamente ao *Lands Tribunal* a saída dos arrendatários. Todo o processo demora poucos meses, e o proprietário não tem de gastar dinheiro com a contratação de advogado. Por isso, sou de opinião que Macau deve aprender com Hong Kong, criando um tribunal para as questões de arrendamento, e assim todos as acções de despejo poderão ser julgadas por um juiz específico. Creio que, assim, será mais fácil encurtar o tempo e facilitar todo o processo de despejo.

Por último, para resolver a questão dos “arrendatários trapaceiros”, a lei do arrendamento prevê a criação do Centro de Arbitragem de Conflitos de Arrendamento, a regular por despacho do Chefe do Executivo. A população

deposita grandes esperanças nesse centro de arbitragem, por isso, espera que o Governo promulgue, quanto antes, as respectivas normas, para que este possa entrar em funcionamento com a maior brevidade possível. A população também espera que o Governo promova este centro entre os cidadãos, no sentido de se encontrarem mais vias para resolver o problema dos “arrendatários trapaceiros”.

## IAOD do Deputado Chui Sai Peng José em 30.07.2019

### **Envidar esforços na transformação dos resultados científicos e tecnológicos para a promoção da diversificação do emprego, do empreendedorismo e das indústrias**

Na semana passada, concluíram-se com sucesso em Macau dois eventos das áreas das ciências e tecnologias. O primeiro evento foi a “Cimeira de Ciências e Tecnologias da China”, que teve lugar pela primeira vez em Macau, sob o tema “Oportunidades e desafios para Macau no novo corredor de ciência e inovação tecnológica da Grande Baía”, com discussões em torno de estudos sobre a qualidade dos medicamentos da medicina chinesa, o circuito integrado (de microelectrónica), a “internet das coisas” de uma cidade inteligente, a ciência lunar e os satélites, e a construção de uma base inovadora para os jovens, com as elites de todos os sectores reunidas, em prol da inovação científica e tecnológica de Macau e da definição de políticas estratégicas para diversificar as suas indústrias. O segundo foi a “34.ª Competição nacional de inovação científica e tecnológica para adolescentes”, que voltou a ter lugar aqui depois de 2006, com mais de 900 adolescentes e instrutores, que vieram de 31 províncias, regiões, cidades e unidades do País, e de 35 delegações de Hong Kong, Macau e Taiwan, e de 52 países, com mais de 500 obras. Em relação a Macau, 10 obras de inovação científica de estudantes e 5 projectos de ciência e tecnologia de docentes foram apurados na competição, com 5 prémios de 1.º escalão, 4, de 2.º escalão, e 25, para projectos específicos, de entre os quais, obtiveram o “Prémio do Presidente da Associação de Ciências e Tecnologias da China” o estudante Lau Chio Long, o melhor resultado da nossa história, com o “Robô subaquático inteligente automático 2 em 1”, e ainda 3 equipas de Pequim, Xangai e Suécia. A construção da base de investigação científica está estável, o ambiente de generalização das ciências e tecnologias em Macau está a desenvolver-se de forma activa, e a capacidade dos estudantes de Macau e os esforços dos docentes de STEM são reconhecidos pelo País. O ponto fulcral é como concretizar, através da cooperação na investigação entre indústrias e instituições de ensino, a transformação dos resultados científicos e tecnológicos, em prol da promoção e concretização dos objectivos da diversificação do emprego, do empreendedorismo e das indústrias de Macau.

Com o lançamento, nos últimos anos, de muitas políticas e medidas de incentivo ao empreendedorismo, a respectiva onda encontra-se estável. Segundo o “Estudo do Índice de Empreendedorismo de Macau” de 2018, a terceira indústria continua a ser a opção principal dos empreendedores, ou seja, 86,1 por cento destes optaram por entrar na “indústria de serviços pessoais”. Comparando com o “Silicon Valley” dos Estados Unidos da América e com o de Pequim, e com Shenzhen, famosas bases de empreendedorismo, em Macau, há menos empreendedorismo nas áreas da alta tecnologia, finanças, internet, medicina e biotecnologia, o que reflecte as limitações inatas do mercado e também a existência de espaço, grande e diversificado, para o desenvolvimento destas

indústrias. O Governo deve orientar e incentivar mais empreendedores a entrarem nas indústrias de alto valor acrescentado e de elevada taxa de crescimento, reforçando o apoio ao desenvolvimento no âmbito das indústrias nas categorias do conhecimento, da tecnologia e da inovação, para promover uma conversão industrial diversificada. Assim, apresento as seguintes sugestões:

Primeira: reforçar o incentivo à transformação dos resultados dos estudos científicos. Aos projectos resultantes de estudos científicos, de empresas ou investidores do Interior da China e de Macau, atribuem-se benefícios políticos e fiscais, a fim de atrair a entrada de empresas inovadoras com capacidade para aqui criarem a sua sede, para acelerar a criação de uma base das indústrias, sofisticada, nova e diversificada.

Segunda: reforçar a protecção e a aplicação da propriedade intelectual. A garantia dos direitos e interesses dos profissionais e investidores em inovação tecnológica deve ser concretizada de forma detalhada, para se atreverem a efectuar estudos inovadores e terem mais vontade de investir e criar novos negócios, transformando Macau numa zona de concentração e de experiência de quadros qualificados, de recursos financeiros e de propriedade intelectual.

Terceira: criar fundos públicos para uma comparticipação nos dividendos da indústria da inovação tecnológica. Sugere-se a criação de fundos públicos diversificados para melhor aproveitar as reservas e o capital social. Para o Governo dar a conhecer aos cidadãos que a inovação tecnológica produz riqueza, um desses fundos será o da inovação tecnológica voltada para o investimento na respectiva indústria, para a população poder ter uma comparticipação nos dividendos da diversificação industrial promovida pelo desenvolvimento das altas tecnologias, e os sentimentos de obtenção e satisfação.

Por ocasião dos 70 anos do estabelecimento da Nova China e dos 20 anos da RAEM, apresenta-se, nas Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, a ideia de Macau ser membro e cidade central do corredor de inovação tecnológica, para clarificar o posicionamento do seu desenvolvimento como “um centro, uma plataforma e uma base”, assim, a inovação tecnológica torna-se um suporte importante e indispensável para o futuro. Espero que o Governo continue a adoptar uma mentalidade inovadora e acções científicas, para abrir um novo capítulo para o desenvolvimento socioeconómico de Macau.

## IAOD da Deputada Chan Hong em 30.07.2019

### **Definir uma política de limitação do uso do plástico para impulsionar a redução de resíduos a partir da fonte**

Os produtos de plástico contribuem para facilitar a vida, mas ao mesmo tempo têm impacto negativo para o ambiente e o Homem. Todos os países e regiões consideram a redução do uso do plástico como um alvo governativo relevante, e implementaram diversas políticas para o efeito, ora, na Europa e nos Estados Unidos da América já foram adoptadas políticas de diferente dimensão. Mais de 60 por cento dos países africanos esforçam-se na redução do uso de plástico, e os resultados na Ásia são notórios. Como a redução do seu uso se tornou um hábito mundial, Macau precisa de acelerar este assunto.

Macau tem 670 mil habitantes e mais de 30 milhões de visitantes por ano. Os resíduos sólidos produzidos por dia *per capita* atingem 2,17 kg, dos quais 22,5 por cento são de plástico. De acordo com o Relatório do estado do ambiente de Macau do ano de 2017, Macau produziu, diariamente, 17 toneladas de resíduos plásticos, as garrafas de plástico abandonadas atingiram 680 mil, e os residentes de Macau utilizaram cerca de 450 milhões de sacos de plástico. Não se pode, então, descurar a questão da poluição por plástico em Macau. Nos últimos anos, o Governo esforçou-se por desenvolver trabalhos, incluindo acções de divulgação, para impulsionar a redução do uso de plástico, mas os efeitos não foram notórios e os trabalhos de recolha de resíduos plásticos não avançam.

São fortes as reivindicações da sociedade sobre a redução do plástico e, com os esforços do Governo e de toda a sociedade, em Abril passado, a proposta de lei “Restrições ao fornecimento de sacos de plástico” foi discutida e votada na generalidade pela Assembleia Legislativa. Reduzir o uso abusivo de sacos de plástico por meios económicos é apenas uma parte da redução integral do plástico, e em Macau o abuso de outros plásticos continua grave. Por exemplo, muitos restaurantes e lojas de *take-away* ainda utilizam talheres de plástico, copos descartáveis, palhinhas de plástico, caixas de esferovite, etc. Estes produtos, quando aquecidos, podem libertar substâncias nocivas, especialmente as caixas de esferovite, quando expostas a altas temperaturas, podem decompor grandes quantidades de substâncias cancerígenas, que entram facilmente no corpo humano pela alimentação. A esferovite é de difícil decomposição natural no meio ambiente e tem baixa eficiência de reciclagem. Em várias cidades do Interior da China e do estrangeiro já foi proibido o uso de recipientes de esferovite, mas em Macau não há legislação que regule esta matéria. Assim, proponho ao Governo:

1. Atendendo à promessa dos 170 países que participaram em Março na Assembleia Ambiental das Nações Unidas de uma “redução significativa” do uso de plástico até 2030, Macau deve definir, quanto antes, políticas e medidas para reduzir e restringir o plástico, acompanhando o ritmo internacional;

2. Atendendo à proibição, desde 2000, do uso de recipientes de esferovite no Interior da China, as autoridades de Macau devem avançar, quanto antes, com estudos sobre a restrição, por via legislativa, de talheres e recipientes descartáveis de plástico (e de esferovite), incentivando o sector da restauração a usar mais os de materiais degradáveis;

3. Há que reforçar os apoios ao sector da reciclagem e sensibilizar os residentes e turistas sobre a separação do lixo, com vista à recolha dos resíduos de plástico.

4. Há que aumentar a divulgação e sensibilização sobre a redução do plástico, e incentivar os consumidores e fornecedores de produtos alimentares a reduzirem, dentro do possível, o uso de recipientes descartáveis, utilizando mais talheres de materiais degradáveis.

## **IAOD do Deputado Si Ka Lon em 30.07.2019**

### **Criar uma plataforma de serviços “one stop” e apoiar a reparação e manutenção dos prédios antigos para eliminar riscos**

A emaranhada teia de fios eléctricos e condutas de água, as armações expostas e altamente enferrujadas, e o desprendimento dos revestimentos exteriores são as descrições que a maioria dos residentes utiliza, para caracterizar a actual situação dos prédios antigos, o que bem demonstra o péssimo estado de conservação em que estes se encontram. Ocorreram ultimamente vários casos de desprendimento de revestimentos exteriores, situação que desperta a atenção dos residentes, especialmente com o aproximar das épocas de chuvas e tufões.

Existem actualmente em Macau cerca de 4800 prédios com mais de 30 anos de construção e muitos deles em estado de degradação, e muito nos preocupa o seu estado de segurança e risco de incêndio. Quanto ao plano de reordenamento urbano, lançado há mais de 14 anos, não se conhece qualquer avanço, e também não há meio de serem publicados o plano director urbano e a lei-quadro e os diplomas complementares sobre a renovação urbana. Não obstante ter sido já lançado o plano de habitação para alojamento provisório, enquanto diploma complementar daquela lei-quadro, há ainda um longo caminho a percorrer, logo, longe de poder resolver atempadamente os problemas decorrentes da degradação dos prédios dos bairros antigos.

Assim sendo, sugiro o seguinte:

Antes do arranque da renovação urbana, a reparação predial é um meio eficaz para resolver o envelhecimento dos bairros antigos. Mas os prédios envolvem muitos proprietários e, sobretudo, não há uma comissão de condóminos, uma empresa de administração predial ou um fundo de reparação nos vários prédios antigos, daí que seja muito difícil o seu restauro. A reparação predial implica vários aspectos, portanto, é necessário ter uma estratégia com visão global e a longo prazo, bem como o apoio e a participação dos diversos interessados, incluindo, especialistas, operadores da administração predial, empreiteiros, organismos aplicadores da lei, serviços públicos, proprietários, etc. Em Hong Kong, a fim de reforçar os apoios técnicos aos proprietários na reparação predial, a Autoridade para a renovação urbana de Hong Kong criou a “Plataforma de reparação predial”, com uma base de dados, relativos, inclusivamente, aos serviços públicos, empreiteiros e especialistas nessa área, para os proprietários poderem aceder, em qualquer hora e sítio, via internet, ao que necessitam, dominando, com maior precisão, as informações sobre as obras de reparação predial, por exemplo, o preço de referência no mercado, as minutas dos contratos padronizados para a contratação de consultores e empreiteiros, as

especificações das obras, etc. Mais, foi integrado o serviço de consultadoria na referida plataforma, por exemplo, o serviço de mediação em relação ao litígio em torno da contratação de obras, para ajudar os proprietários a resolver os problemas relacionados com a reparação predial e a ultrapassar as dificuldades. Tomando como referência esta prática de Hong Kong, coloca-se a questão de as autoridades poderem, ou não, criar, atendendo à realidade de Macau, uma “Plataforma de reparação predial”, com serviços “one stop”, como a de Hong Kong, para apoiar a reparação dalguns prédios antigos e degradados em Macau.

## IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 30.07.2019

### Consolidação do papel de Macau para a integração na Grande Baía

As Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau atribuem a Macau uma nova missão e responsabilidade históricas, para além de considerarem o território como uma das cidades nucleares no desenvolvimento das infra-estruturas da Grande Baía. Essa estratégia visa transformar Macau num “motor fundamental” com uma acção de “impulsão ao nível regional”. Por isso, neste momento, o Governo depara-se com uma oportunidade histórica para essa integração na Grande Baía, através de uma estratégia de “expansão para fora e introdução de investimento externos”. Com essa estratégia, Macau deve participar activamente no desenvolvimento económico dessa zona e encorajar a população, especialmente os jovens, a integrarem-se no empreendedorismo e em funções laborais na Grande Baía.

Segundo alguns cidadãos, o sistema económico de Macau é do tipo micro, e as empresas, na sua maioria, são micro, pequenas e médias, beneficiadas pelas políticas de apoio do Governo. Mesmo que haja limitações devido à localização geográfica, ao espaço de desenvolvimento e à não diversificação das indústrias, neste ambiente que se conhece bem, todos os problemas podem ser resolvidos só com um telefonema. Se as empresas, em articulação com as acções governativas, necessitarem de “sair”, têm de enfrentar problemas reais, tais como, pessoas e ambiente desconhecidos, limitações quanto aos fluxos e às remessas de dinheiro, etc. Assim, devemos, ou não, ponderar seriamente que, se as empresas “saírem” para se desenvolverem na Grande Baía, o primeiro problema será que vantagens competitivas vão ter? Além disso, o Governo tem incentivado ainda os jovens a “saírem” de Macau, para criarem negócios ou trabalharem na Grande Baía, mas, ao mesmo tempo, isso pode agravar a falta de recursos humanos em Macau, isto é, provocar um vazio de talentos, e, quando não há vantagens competitivas, os jovens vão ficar preocupados.

Há cidadãos que entendem que Macau é uma das quatro cidades principais que compõem a Grande Baía, por isso, devemos consolidar primeiro a nossa economia local, e só assim é possível desenvolver as nossas próprias vantagens, para daí salvaguardar uma melhor integração na Grande Baía. Um provérbio chinês diz que “para conseguir malhar o ferro uma pessoa tem de ser forte”, por isso, se as empresas locais conseguirem consolidar bem as suas bases e converter as suas vantagens de desenvolvimento em vantagens competitivas, e, se o ambiente económico de Macau permitir a introdução de empresas de investimentos do exterior, Macau pode concretizar a sua estratégia de aliança, complementando desse modo o desenvolvimento económico das outras cidades da Grande Baía e dando um contributo ao desenvolvimento desta através das suas próprias vantagens. Quanto aos jovens, o Governo tem políticas para incentivá-los a entrarem na Grande Baía. Isto é bom. Porém, se for possível

*(Tradução)*

optimizar, tal como referi, as empresas locais, e incentivar os jovens a entrarem em empresas de alta tecnologia, a aprenderem a cultura e as técnicas dessas empresas, e a consolidarem as suas bases para elevarem as suas capacidades competitivas, é possível promover um ambiente de concorrência, aprendizagem e progresso mútuo, entre os jovens dos dois lados e, então, será mais fácil para os nossos jovens entrarem na Grande Baía.

2019-07-30 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

## **INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA - “ Promoção da educação digital no ensino básico”**

Há bastante tempo que a sociedade tem vindo a discutir a importante questão das crianças transportarem malas e mochilas escolares pesadas que a médio e longo prazo podem afectar gravemente a saúde das crianças.

Na RAEM ao invés de se investir a educação das crianças por via das novas tecnologias muitas escolas obrigam as crianças a transportar diariamente uma carga excessiva de livros e outros materiais e que muitas das vezes nem se quer utilizam nesse dia nas escolas.

De acordo com especialistas europeus em neurocirurgias o transporte repetido de mochilas pesadas pode condicionar no futuro problemas graves para as costas das crianças.

Para além das dores das costas pode-se provocar um desgaste acrescido da coluna vertebral da criança ao longo do tempo prejudicando gravemente a saúde das crianças.

Segundo as directrizes da Organização Mundial da Saúde o peso das mochilas não deve ultrapassar os 10% do peso corporal das crianças.

Não é aceitável nestes tempos de modernidade que os manuais escolares ainda estejam em vigor em vez da utilização de material digital. Para além de ser bom para o ambiente evitávamos gastos de saúde desnecessários com as nossas crianças.

O transporte de peso excessivo nas mochilas representa um esforço físico maior do que indicado para as crianças e pode levar ao aparecimento de alterações posturais anormais provocadas pela tensão e torção na coluna vertebral tais como hioercifoses, hiperlordoses, anteversão, e retroversão.

Muito Obrigado.

O Gabinete do Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 30 de Julho de 2019.

José Pereira Coutinho

## **IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 30.07.2019**

### **Reformar a Assembleia Legislativa, e persistir no bem**

Nos últimos meses, houve duas notícias sobre a AL: a realização duma reunião secreta da Comissão de Regimento e Mandatos, sem ter sido dado conhecimento, nos termos regimentais, aos deputados não membros; e o episódio do segundo juramento do novo Presidente. Algumas opiniões da sociedade questionam: a AL está a servir de exemplo de incumprimento da lei? A Comissão de Regimento e Mandatos, que analisa as regras regimentais, pode cumprir o Regimento de forma selectiva? A verdade é que o funcionamento da AL está, cada vez mais, sob a atenção do público.

Aquando das eleições legislativas de há 2 anos, a minha equipa defendeu a perspectiva de “reformar a AL”, apontando a necessidade de reformar este parlamento, criado há mais de 40 anos. Sabemos que “reformar” não pode ser apenas um slogan bonito para as campanhas eleitorais, deve ser antes um longo caminho a percorrer. Neste caminho cheio de espinhos, precisamos de enfrentar as pressões e persistir no bem, fiscalizando, como na vídeo-vigilância, todos os pormenores do funcionamento da AL.

Enquanto deputado, tenho de estar consciente de que as minhas atribuições provêm da população, e a AL deveria ser o “lar dos residentes”. Por isso, oponho-me sempre à atitude de encarar os assuntos da AL como “assuntos internos”, pois o que se discute neste edifício não pode, nem deve ser negócio privado de certas pessoas. Tudo o que discutimos é inseparável do interesse público, e todo o processo legislativo e de fiscalização deve ser aberto e transparente para a população.

Enquanto deputado que estuda ciência política, considero que é minha responsabilidade fazer bom uso da plataforma parlamentar para despertar o interesse de mais residentes pela política, e dizer aos média e à população quão importantes são a democracia e a abertura no sistema parlamentar, pois a sua qualidade influencia directamente o funcionamento social e político da RAEM. Assim, nos últimos dois anos, apesar de muitas pessoas não compreenderem a minha perseverança, e pensarem que destruí as “regras tácitas” definidas por um pequeno grupo de pessoas, tenho agarrado todas as oportunidades para defender a reforma da AL.

Desde a minha entrada na Assembleia que tenho sempre reflectido sobre um tema importante: porque é que muitos cidadãos, incluindo eu antes de entrar na Assembleia, criticam a AL de “assembleia de lixo”? Há alguns anos, quase dez mil cidadãos cercaram a AL, gritando essas palavras. E até a ex-presidente Susana Chou, no “Balanço do decénio de actividades da Presidente da AL”, em 2009, refere particularmente que “de entre as tarefas com que a Assembleia

Legislativa se deparou ... figura o problema da legislação anacrónica existente em Macau, que se revelava desactualizada e incapaz de satisfazer as necessidades da sociedade, que se repercutia na baixa popularidade deste órgão legislativo junto da população, a ponto de esta a ter cognominado de ‘assembleia de lixo’”.

As razões que levam muitos cidadãos a criticar a AL de “assembleia de lixo” são, segundo o que mais ouvi dizer, a falta de democracia e de transparência. Tudo isto é um facto objectivo, pois, nos dias de hoje, em 2019, continua a manter-se na AL o regime oriundo do período de colonização, isto é, a AL é fiscalizada pelos deputados nomeados pelo Chefe do Executivo, e as vagas para os deputados eleitos pelos cidadãos, nos quais estes delegam o seu poder, nem chegam a metade; nos dias de hoje, em 2019, a AL continua a manter um regime atrasado, segundo o qual as comissões apreciam as propostas de lei e fiscalizam as acções governativas à porta fechada. “Roma e Pavia não se fizeram num dia”, portanto, o que acabei de referir são trabalhos de reforma que merecem insistência e continuidade.

De facto, esta má reputação, que eu tenho ouvido desde pequenino, fere a autoestima de algumas pessoas. A partir do momento que tomei posse, tenho de assumir, inevitavelmente, esta má reputação, e enquanto um dos membros da AL, não posso, nunca, optar por encobrir e defender os nossos erros e culpar quem tece críticas. Isto porque, há um ano, quando citei, no hemiciclo, esta já antiga crítica da população, fui censurado, verbalmente e por escrito, o que é completamente inaceitável. São atitudes destas que afastam cada vez mais a AL da população.

Temos de ouvir as vozes críticas, mesmo quando os cidadãos nos chamam "deputados de lixo" ou quando somos satirizados pelas pessoas com interesses adquiridos com a pergunta: “se são tão puros e sublimes, porque é que procuram entrar neste monte de lixo?”. Sempre faço alertas a mim próprio para reflectir, e é assim que consigo fazer com que mais cidadãos estejam satisfeitos com o trabalho dos deputados, contribuindo realmente para a qualidade, eficácia e reputação do trabalho da AL.

## IAOD da Deputada Leong On Kei em 30.07.2019

Segundo os dados da DSEC, em Junho, o número de visitantes excedeu os 3 milhões, representando um aumento anual de 18,9 por cento, mas o número de visitantes que não pernoita aumentou 35,4 por cento, reduzindo a permanência média para 0,1 a 1,2 dias. As autoridades afirmaram que, com o funcionamento da Ponte HK-Zhuhai-Macau, o transporte é mais conveniente, o que levou ao aumento significativo de quem não pernoita, mas vão ainda lutar para mais visitantes pernoitarem em Macau. O “Plano geral do desenvolvimento da indústria do turismo de Macau” propõe o desenvolvimento de Macau como destino de turismo de vários dias, com permanência média de 2 a 3 dias. Para concretizar o objectivo de transformar Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer, para além do número total de visitantes, deve-se dar mais importância ao prolongamento da permanência, pois só assim se poderá promover o desenvolvimento do turismo. Há que elevar a capacidade de recepção através do *hardware* e do *software*, efectuar as devidas adaptações ao nível de saída e entrada fronteiriça, pontos turísticos, trânsito, etc., desenvolver mais produtos turísticos, aperfeiçoar as instalações turísticas e reforçar o nível e a qualidade dos serviços.

Macau é uma cidade pequena, com *hardware* limitado, mas os recursos turísticos e culturais têm as suas próprias características, por exemplo, o Festival de Artes, o Concurso Internacional de Fogo-de-Artifício, o Festival Internacional de Música e o Grande Prémio, etc., podem ser descritos como o cruzamento entre a China e o Ocidente, e os seus conteúdos são ricos. Com vista a promover a diversificação dos recursos turísticos de Macau, o Governo precisa de considerar a criação de uma marca de turismo cultural caracterizada por indústrias culturais, turísticas e de lazer. Para além de ponderar a dispersão dos grandes eventos e festivais que se realizam nos mesmos períodos por diferentes épocas para atrair a visita a Macau dos turistas em diferentes momentos, ou seja, para além da separação efectiva dos visitantes, ao mesmo tempo, o Governo deve estudar ainda a criação de novos produtos turísticos para satisfazer as necessidades dos diferentes tipos de turistas, permitindo que os visitantes experimentem a variedade dos elementos turísticos fascinantes de Macau, para os incentivar a permanecerem aqui mais tempo.

Segundo afirmações das autoridades, com a entrada em funcionamento da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, o transporte tornou-se mais conveniente e há mais visitantes a não pernoitarem em Macau. Perante a crescente aceleração da cooperação regional, a tendência prende-se com o reforçar do desenvolvimento do turismo regional. As políticas adoptadas contribuem para criar espaço para o desenvolvimento conjunto, e o encurtamento da distância do transporte na Grande Baía contribui para reforçar a cooperação inter-regional. Macau deve considerar como é que pode agarrar as oportunidades relacionadas com as cidades nucleares. Sob o apoio das políticas adoptadas, Macau deve tomar a iniciativa de reforçar a cooperação profunda, no âmbito do planeamento do turismo regional,

integrando os recursos turísticos da Grande Baía, aproveitando as diferentes características das diversas cidades para a criação de produtos turísticos distintos e concretizando a complementaridade mútua de vantagens, para reforçar, em conjunto, a competitividade do turismo regional e aumentar a atracção turística de Macau. Há que colaborar ainda com as outras cidades na exploração do mercado internacional e na procura de mais fontes de turistas internacionais, para os atrair a ficar mais tempo em Macau, avançando assim com o alcançar do objectivo da sua transformação num Centro de Turismo e Lazer ao nível mundial.

## IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 30.07.2019

### **Condutores que trabalham em local diferente do autorizado conduzem os seus veículos até à “terra de ninguém” e as falhas do mecanismo de comunicação afectam a cooperação na Grande Baía**

Na resposta a uma interpelação escrita minha, apresentada em 2016, sobre o problema, já há muito detectado, dos condutores que trabalham em local diferente do autorizado e conduzem os seus veículos até à “terra de ninguém” (agora já faz parte da jurisdição de Zhuhai), junto às Portas do Cerco, para depois regressarem ao lado de cá da fronteira, o Gabinete do Secretário para a Segurança afirma que as autoridades de segurança já informaram os serviços competentes do Interior da China, através do mecanismo permanente de comunicação, e esperam que o Governo do Interior da China ajuste as suas políticas relativas às saídas e entradas de veículos. Nos últimos anos, no debate das LAG da área da Segurança, o Secretário afirmou várias vezes que o Governo do Interior da China ainda não tinha dado nenhuma resposta. Cheguei a interpelar se a comunicação falhou, e se devia ser o Chefe do Executivo a iniciar a negociação. Em 17 de Junho, o referido Gabinete respondeu, em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, voltando a dizer que “o assunto é do âmbito de competência dos serviços competentes do Interior da China, e, numa reunião de comunicação, as autoridades de segurança informaram o Posto Geral de Controlo Fronteiriço de Zhuhai acerca do problema”. Quanto à pergunta sobre a possibilidade de o Chefe do Executivo iniciar a negociação, de acordo com a resposta, “as autoridades de segurança fazem parte da equipa governativa da RAEM, e vão continuar, no âmbito das suas competências, a apoiar activamente as acções governativas”. Uma vez que Macau participa no desenvolvimento da Grande Baía, entendo que não se deve negligenciar a ineficácia da comunicação sobre algumas matérias.

As autoridades da segurança já transmitiram, através do mecanismo permanente de comunicação, os referidos assuntos aos serviços competentes do Interior da China, mas ainda não lhes foi dada nenhuma resposta, e o problema continua por resolver. O Governo deve tomar medidas *ad hoc* para investigar e combater regularmente o fenómeno, evitando que os condutores que trabalham em local diferente do autorizado aproveitem aquele local para fugir à fiscalização.

Face à ineficácia da comunicação inter-regional por parte das autoridades de segurança, enquanto parte da equipa governativa, o Chefe do Executivo deve iniciar negociação com o Interior da China. Macau, enquanto cidade nuclear da Grande Baía, está a reforçar a cooperação para o seu desenvolvimento. Se, em relação a alguns assuntos, o mecanismo permanente de comunicação continuar ineficaz, e se nem o Chefe do Executivo conseguir iniciar a negociação, o Governo deve informar atempadamente o Governo Central, no sentido de levantar quanto antes o obstáculo à comunicação inter-regional na Grande Baía!

## IAOD do Deputado Au Kam San em 30.07.2019

### **A exploração do metro ligeiro deve salientar a sua vertente comercial e as empresas do jogo devem ser accionistas efectivos da empresa que vai explorar o metro**

Para se articular com a entrada em funcionamento do metro ligeiro da Linha da Taipa, o Governo já planeou, há anos, encerrar o Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes, que funciona sob a forma de equipa de projecto, e criar uma sociedade do metro ligeiro para continuar a assumir as responsabilidades pela construção do metro e coordenar a sua exploração.

A sociedade do metro ligeiro é totalmente detida pelo Governo, que fica com 96% das acções, e as restantes são distribuídas por dois fundos: o Fundo para o Desenvolvimento Industrial e Comercial com 3% e o Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia com 1%. Diz-se que se trata de uma sociedade “joint-venture”, mas no fundo é só para dar cumprimento à lei, que exige três sócios. Por que razão é que o Governo abandona a equipa de projecto e a substitui por uma sociedade? Segundo este, é por causa da entrada em funcionamento, muito em breve, do metro ligeiro, porque quer entregar a sua exploração a uma sociedade que se aproxime mais da vertente comercial.

Contudo, em Abril de 2018, o Governo celebrou com o MTR de Hong Kong (Macau) o contrato de “prestação de serviços de assistência à operação e manutenção da Linha da Taipa do sistema de metro ligeiro de Macau”, com duração de 80 meses pelo valor de 5,71 mil milhões de dólares de Hong Kong, segundo o qual a empresa passa a responsabilizar-se pelo ensaio e activação dos sistemas antes da entrada em funcionamento da linha da Taipa, pelo funcionamento do sistema de metro e pela reparação e manutenção das carruagens, dos sistemas de sinalização e das instalações e infra-estruturas. Por outras palavras, a Sociedade do Metro Ligeiro, Limitada não vai ser constituída para explorar directamente o metro ligeiro, mas sim para fiscalizar os serviços de assistência à operação prestados pelo MTR de Hong Kong (Macau), logo, deixa de fazer sentido dizer que a constituição da sociedade se destina à exploração do metro ligeiro.

Afirmar que a exploração do metro ligeiro através de uma empresa de capitais totalmente públicos é mais adequada para o seu funcionamento comercial não passa de palavras bonitas, porque essa empresa é criada a partir de um serviço público e o seu capital provém do erário público, logo, é quase mentira afirmar que esta é a solução mais adequada para o seu funcionamento. Para que o funcionamento da empresa do metro ligeiro se aproxime verdadeiramente do funcionamento comercial, deve haver participação efectiva isto é, investimento

empresarial, ou pelo menos aquela não deve ser totalmente suportada pelo erário público. O Governo nunca pensou em inserir elementos comerciais no projecto de construção do metro ligeiro, por isso, algumas estações podem nem sequer ter locais para a compra de jornais, bebidas ou petiscos, logo, a única fonte de receitas do metro ligeiro será a venda de bilhetes. Assim sendo, trata-se de prejuízo certo. O Secretário Raimundo do Rosário tem afirmado que nenhum empresário estará disposto a investir, por isso, o metro só será explorado por uma empresa criada pelo Governo.

No entanto, quando o Sr. Secretário afirma isto, está talvez a ser demasiado peremptório. Os contratos das concessionárias do jogo estão prestes a terminar, e se o Governo as convidar a investir no metro ligeiro, creio que as mesmas estarão dispostas a fazê-lo, porque de acordo com o actual traçado do metro ligeiro, quem mais beneficia do metro são mesmo as concessionárias. Já nem precisamos de falar da situação actual de concorrência no sector do jogo, antigamente, antes da liberalização, a Sociedade de Turismo e Diversões de Macau (STDM) investia muito em empresas públicas, por exemplo, na CAM, na TDM e na CEM, entre outras, e podíamos encontrar investimentos seus em todos os sectores. Claro que a maior parte das suas participações foi a pedido, expresso ou implícito, do Governo português de Macau naquela altura, e isto demonstra que as concessionárias do jogo estão dispostas a participar nos investimentos de longo prazo, e não precisam que estes investimentos tenham grandes retornos.

O sector do jogo já entrou numa era de abertura limitada. Com a coexistência e concorrência entre as seis concessionárias, se lhes perguntarem se querem participar na operação do Metro Ligeiro, é de crer que não recusem (o Senhor Stanley Ho chegou a dizer o seguinte: “quando o Governo precisou da minha ajuda, nunca a recusei). Mais, a participação de capital pelas concessionárias vai ser realizada via investimentos efectivos, e estas terão poder de decisão e direito a participação efectiva na operação, aliás, este tipo de participação social pode dotar a empresa do metro ligeiro de verdadeiros elementos de carácter comercial. De qualquer maneira, isto é bem melhor do que os governantes usarem o erário público na gestão da empresa.

A sociedade tem defendido que as empresas do jogo devem assumir mais responsabilidades sociais, e estas nunca se opuseram. Como o prazo das concessões termina em breve, é de crer que as concessionárias valorizem ao máximo as oportunidades para assumir mais responsabilidades sociais. Se houver alteração dos estatutos respectivos (os Estatutos da Sociedade do Metro Ligeiro são definidos pelo Aviso do Chefe do Executivo n.º 15/2019, portanto, a alteração a avisos do Chefe do Executivo não implica dificuldades jurídicas que sejam difíceis de ultrapassar), pode prever-se expressamente, para as concessionárias do jogo de Macau, a figura de sócio por inerência da Sociedade do Metro Ligeiro de Macau, S. A., a titularidade de acções, as responsabilidades

para realizarem participações de capital e para quinharem nos lucros e perdas da sociedade do metro ligeiro segundo a proporção das suas acções, assim como os direitos a emitir sugestões sobre a operação e a participar na tomada de decisões. Há que reconhecer que as concessionárias de jogo têm equipas comerciais excelentes, portanto, se tiverem direito a apresentar sugestões sobre a operação do metro ligeiro e a participar na tomada de decisões, podem contribuir para a integração de mais elementos comerciais na operação do metro ligeiro, reduzindo eventuais perdas e aliviando os encargos financeiros do Governo com o metro ligeiro, enquanto gigante elefante branco.

## **IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 30.07.2019**

### **Caminhar juntos na Nova Era**

Recentemente, o Governo da RAEM, o Gabinete de Ligação e a Comissão Organizadora de Actividades das Diversas Associações de Juventude de Macau organizaram, em conjunto, um programa de visitas de estudo intitulado “Caminhar juntos na Nova Era”. Trata-se duma actividade de grande envergadura, que conta com a participação de 500 jovens excelentes de Macau; reveste-se de elevado nível, pois as delegações são lideradas pessoalmente pelo Chefe do Executivo e pelos cinco Secretários, com a participação, durante todo o processo, do Chefe do Gabinete de Ligação e respectivos dirigentes; tem um significado profundo, que assinala as “Duas Celebrações”, e também a conjugação da educação patriótica com os trabalhos da juventude.

Durante as visitas de estudo no Interior da China, os governos locais deram grande importância às actividades realizadas, recebendo calorosamente os visitantes e permitindo-lhes sentir o entusiasmo dos compatriotas do Interior da China, a par do aprofundar da amizade com os jovens locais. A visita a uma base de educação patriótica, bem como uma série de visitas para conhecer os relevantes projectos avançados do País e os projectos de cooperação com a RAEM, etc., permitiram aos jovens de Macau compreender a “Nova Era” do País e firmar a missão de “caminhar juntos” com a Pátria.

“Os tempos fazem heróis, enquanto os heróis moldam os tempos”. Com vista ao desenvolvimento dos trabalhos relacionados com os jovens, e à criação de condições favoráveis para o seu crescimento e sucesso, apresento aqui três sugestões:

Primeira, os jovens da nova geração devem dominar o pulso do tempo para partilhar dos benefícios do desenvolvimento da Pátria. O rápido desenvolvimento do País cria novas oportunidades para Macau, aumentando a sua dinâmica e espaço. Macau possui a vantagem institucional de nele vigorar o princípio “Um País, dois sistemas”, a vantagem económica de ser porto franco e a vantagem estratégica de servir como “Um centro e uma plataforma”. Estas são oportunidades e desafios para o desenvolvimento dos jovens de Macau, que devem trabalhar empenhadamente e com sentimentos patrióticos, dando continuidade ao “espírito de Macau” assente no amor à Pátria e a Macau, na tolerância e solidariedade, no avanço pragmático, na democracia e na harmonia.

Segunda, na “Nova Era”, o princípio “um País, dois sistemas” criou novos êxitos para os jovens. Os nossos jovens, enquanto esperança de Macau, são a força com maior imaginação e criatividade na sociedade. No seu crescimento até ser talento, devem desempenhar bem o papel de serem senhores de pôr em prática o princípio “um País, dois sistemas”, e de tomar a iniciativa de se

integrarem no “expresso” do rápido desenvolvimento do País. Há que agir para conseguir um lugar. Os jovens têm de ter a coragem de assumir responsabilidades e de agir; de ser bons a ultrapassar dificuldades; de participar nas estratégias do País – a construção de “Uma Faixa, Uma Rota” e da Zona da Grande Baía, etc.; de aumentar as suas habilidades; e de cumprir os seus sonhos.

Terceira, há que caminhar juntos com a mesma vontade, para as actividades de intercâmbio cultural entre os jovens de cá e de lá produzirem novos resultados. Os jovens de Macau e da Pátria provêm da mesma raiz, e deve-se realizar mais estudos sobre a situação nacional e a educação patriótica, para promover o sentimento de pertença à nação; ou desenvolver actividades de intercâmbio diversificado ao nível de educação, desporto, inovação, empreendedorismo, etc., em conjugação com as características e necessidades dos jovens. Há que manter contacto com os jovens e representá-los, e só assim serão conquistados. Espera-se que os jovens que participam no “Caminhar juntos na Nova Era” possam divulgar a mais cidadãos de Macau os seus pensamentos e o que conseguiram obter, congregando a população, para caminharem em frente de mãos dadas.

## IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 30.07.2019

### Avaliação da política para resolução das inundações em Macau

Quanto à questão das inundações em Coloane e no Porto Interior, diversos ministérios e comités do Governo Central propuseram a Macau, há anos, que comparasse duas propostas de resolução das inundações: a instalação de barreiras e a construção de diques. Como ambas apresentam dificuldades, os serviços competentes de Macau afirmaram que iam tentar chegar a uma proposta mais adequada.

Há dias, os serviços competentes de Macau apresentaram propostas para a resolução das inundações em Coloane e para a melhoria da drenagem na Praça de Ponte e Horta e na zona da Praia do Manduco. Quanto a Coloane, a proposta de construção de “dois lagos” foi bem acolhida pela maioria dos moradores (isto é, a construção de lagos paisagísticos na Rua de Cinco de Outubro e na zona onde se encontram os Estaleiros Navais de Lai Chi Vun, e a construção de um dique com 1000 metros de comprimento: cerca de 300 metros na zona de Lai Chi Vun e cerca de 700 metros na Rua de Cinco de Outubro); quanto à Praça de Ponte e Horta e à zona da Praia do Manduco, propôs-se a construção de um tanque subterrâneo de retenção de água (com 83 metros de comprimento, 20 metros de largura, e 9 metros de altura), por baixo da zona de lazer da Praça de Ponte e Horta, com um volume total até 15 mil metros cúbicos, para fazer face às inundações entre a Avenida de Almeida Ribeiro e a Escola de Pilotagem (entre a Praça de Ponte e Horta e a zona da Praia do Manduco), cobrindo uma área de 470 mil metros quadrados de zonas baixas. Durante as chuvas torrenciais, este tanque servirá para captar as águas pluviais não escoadas atempadamente, aliviando assim as inundações.

Concordo e apoio plenamente os projectos do Governo sobre a prevenção e tratamento das inundações. No entanto, em relação à concepção do projecto e execução das obras, espero que os serviços competentes façam melhor os trabalhos preparatórios e tenham em consideração todos os aspectos, por exemplo, as dificuldades na concepção do projecto e na execução das obras, a realocação das canalizações subterrâneas por parte da concessionária, as alterações, etc. devem estar incluídos no prazo de execução, para se preparem com antecedência.

Pode-se recorrer às práticas das regiões vizinhas para a realização das referidas obras. Na qualidade de presidente, liderei os membros da Associação de Engenheiros de Macau numa visita ao *Happy Valley Underground Stormwater Storage Scheme* dos Serviços de Drenagem em Hong Kong, para conhecer a estratégia de prevenção de inundações, os elementos inovadores e as características da concepção, incluindo a concepção especial da comporta inteligente e do sistema de retenção e reciclagem de água. Esta prática adoptada na região vizinha teve efeitos positivos e pode servir como uma boa referência.

O plano de tratamento geral da água e do depósito para armazenamento de água serve para prevenir as inundações. Então, o Governo vai pensar na reciclagem das águas pluviais? Por outro lado, estão a ser realizadas obras das caixas em Coloane, na Rua da Praia do Manduco e na Rua do Almirante Sérgio, e em relação aos locais que reúnem condições, o Governo deve ponderar a criação de algumas vias periféricas e a instalação de valas comuns, a fim de resolver os problemas de atraso, das marés altas, das construções ilegais de edifícios, e do impedimento da entrada das máquinas nos locais de execução das obras, que estão a afectar a 1.<sup>a</sup> fase das obras de prevenção de inundações na Ponte 16.